

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE

maio / 2012 ano XIX nº 189 www.trt6.jus.br

Medalhas



Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira

Juiz Eurico de Castro Chaves Filho



TRT6 rememora abolição e concede medalhas

Mais uma vez o TRT-PE celebra a abolição da escravidão, com a entrega das comendas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, categoria Mérito Judiciário, e Juiz Eurico de Castro Chaves Filho, categoria Mérito Funcional, em cerimônia

dirigida pelo presidente do Regional, desembargador André Genn, em cujo discurso historiou o surgimento do Judiciário Trabalhista Brasileiro, assinalando a maior das transformações sociais e econômicas – o advento do fim do sistema escravocrata, “o

execrável regime”, como classificou. André Genn sublinhou a importância do TRT6 nesse processo histórico, em que se deu a criação da JT, instituída em 1939 e instalada em 1941. Com o propósito de celebrar o centenário da abolição da escravidão, foi, portanto, em 1988, que o

então presidente do Regional, desembargador José Guedes Corrêa Gondim Filho, instituiu as referidas medalhas em 1987, para distinguir personalidades e entidades que colaboraram com o aperfeiçoamento da JT. Este ano a entrega das comendas ocorreu no dia 17 de maio.

Na cerimônia de entrega das Medalhas do TRT6, Presidente ressalta importância da justiça social

Durante a cerimônia de condecoração de autoridades de diversas áreas, representantes da sociedade civil, magistrados, servidores e instituições, com as medalhas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira e Juiz Eurico de Castro Chaves Filho, o presidente do TRT6, desembargador André Genn, chamou a atenção para a necessidade de o Brasil acabar com o fosso social que ainda persiste, apesar dos recentes e grandes avanços econômicos.

Num discurso breve, mas incisivo, em que destacou a necessidade de o desenvolvimento beneficiar toda a sociedade, o desembargador André Genn historiou o surgimento do Judiciário Trabalhista Brasileiro, assinalando a maior das transformações sociais e econômicas – o advento do fim do sistema

escravocrata. O desenvolvimento do trabalho livre e o surgimento de novas relações econômicas exigiram a ação do Estado brasileiro para mediar os conflitos surgidos dentro dessa nova realidade. Nessa ambiência deu-se a criação da JT, instituída em 1939 e instalada em 1941. André Genn sublinhou a importância do TRT6 nesse processo histórico, pois quando a JT brasileira foi criada, com a organização em oito Conselhos Regionais, um deles tinha sede em Pernambuco, com jurisdição incluindo Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

“Agilidade, capacidade de transformação, ajustes à contemporaneidade”, foram características da JT que o desembargador André Genn destacou, citando duas datas que marcam significativamente



esse ramo do Judiciário: o ano de 1946, quando a Justiça do Trabalho passou a integrar de fato o Poder Judiciário Nacional; e o ano de 1999, quando houve a extinção da participação classista, instituto que se apoiava na ideia de que a atuação dos representantes de classe propiciaria soluções negociadas,

mas que já não atendia à atual realidade social marcada por novas relações econômicas.

O presidente André Genn observou que a Justiça do Trabalho “deixa de ser a justiça dos desempregados”, para ser a mediadora dos conflitos de quem está exercendo uma atividade, o que ocorre graças ao desempenho

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva

Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedrosa Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Maria do Socorro Silva Emerenciano

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Alice Amorim (DRT 2194-PE)

REDATORES

Eugenio Pacelli / Maria Alice Amorim

Tereza Rozowskykwiat / Caroline Jordão Barreto

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli

Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

CCS Gráfica e Editora
(Tiragem: 1.500 exemplares)

da economia nacional e, de maneira particular, da economia pernambucana, cuja vitalidade tem estancado a migração de trabalhadores para outros centros e produzido o fenômeno inverso, o “repatriamento” de trabalhadores que haviam deixado o estado.

Na ocasião, André Genn mencionou a importante iniciativa que vem sendo desenvolvida pelo TST/CSJT e tem como gestoras no Sexto Regional as desembargadoras Valéria Gondim e Dinah Figueiredo, que é o Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho. “O combate a acidentes de trabalho, que é um câncer social, ceifando milhares de vida, é um dever de todos”, destacou André Genn.

A seguir, antes de entregar a medalha juiz Eurico de Castro Chaves Filho, o desembargador

destacou o trabalho diuturno de magistrados e servidores que silenciosamente garantem a prestação jurisdicional, dando as respostas céleres e eficazes que a sociedade busca quando recorre ao Tribunal. Houve, ainda, a apresentação do coral Águas que Passam, integrado por jovens da Funase (Fundação de Atendimento Socioeducativa).

“O combate a acidentes de trabalho, que é um câncer social, ceifando milhares de vida, é um dever de todos”, destacou André Genn.

Compuseram a mesa o presidente do TRT-PE, desembargador André Genn, a vice-presidente, desembargadora Maria Helena Soares Guedes de Pinho Maciel, a corregedora,

desembargadora Gisane Araújo, os desembargadores do Tribunal Pleno e os juízes convocados Dayse Anderson Tenório, Paulo Alcântara e Fernando Cabral Filho. O procurador do trabalho Waldir Bitu, a presidente da Amatra VI, juíza Luciana Conforti, o general de brigada, médico Waldir da Silva Lucena, o capitão-de-mar-e-guerra, Ricardo Padilha.

O Diário de Pernambuco foi representado por seu presidente, Joezil Barros. Bruno Moury representou o presidente da Folha de Pernambuco, Eduardo Monteiro.

Sete personalidades receberam este ano a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, categoria Mérito Judiciário: o juiz da 1ª vara criminal do Recife, Abner Apolinário; o empresário Cyro Ferreira da Costa; o escritor Everardo Norões; a advogada Gilka Buril Weber; o juiz substituto e auxiliar da Corregedoria do 6º Regional, Gustavo Augusto Pires de Oliveira; o coronel médico do exército Francisco José Madeiro Monteiro; o juiz substituto do Tribunal Saulo Bosco Souza de Medeiros. Duas instituições foram agraciadas: o Hospital Militar de Área de Recife e o Serviço Social da Indústria – SESI. Recebem homenagem *post mortem* Hugo Gueiros Bernardes e o artista plástico Jessé Santos.

Receberam a Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho, categoria Mérito Funcional, o desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega; os auxiliares judiciários Ângela Ferreira dos Reis e José Fernandes da Silva; os técnicos judiciários Angélica dos Santos Batista, Joandina Veloso de Melo, Maria de Fátima Tertuliano Chalegre, Maria Tereza Gondim Rozowykiat e Paulo Nicolau Ely; os analistas judiciários Ivenes Lins Caldas, Leopoldina Luziane dos Santos Mendes, Luiza Maria Santos e Maria Cleomar Alencar Azevedo.

Receberam ainda as medalhas concedidas em anos anteriores o ex-deputado Raul Jungman e o servidor Jaime Januário.



Medalha

Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira

Mérito Judiciário



ABNER APOLINÁRIO DA SILVA

Juiz de direito, pós-graduado em docência do ensino superior e bacharel em música, há 17 anos atua na magistratura, tendo trabalhado em sete comarcas durante este período. Ex-juiz da Vara da Infância e da Juventude, atualmente é juiz de direito da 11ª Vara Criminal da Comarca do Recife. Participa ativamente do Projeto Trabalho Justiça e Cidadania com ampla atuação e destaque na divulgação, junto às escolas públicas, de noções de direito, ética, justiça e cidadania.



CYRO FERREIRA DA COSTA

Começou a trabalhar ainda jovem, aos 16 anos, após a morte prematura do pai, na década de 1940, assumindo os negócios da família. A empresa, fundada em 1884 pelo avô, João Ferreira da Costa, em Garanhuns, Pernambuco, era naquela época uma pequena loja de ferragens, ferramentas e produtos agrícolas. Com espírito empreendedor, transformou a empresa pioneira na comercialização de novos produtos e na inserção de novas tecnologias. Nos anos 1980, expandiu o negócio e construiu nova sede em Garanhuns, totalmente informatizada.

EVERARDO NORÕES

Cearense do Crato, é economista, poeta, cronista e crítico literário. Radicado no Recife, morou na França, Argélia e Moçambique. Com Ronaldo Correia de Brito, é co-autor de duas peças de teatro. Estreou em poesia com Poemas Argelinos (1981). Publicou, ainda, Poemas (2000); Nas Entrelinhas do Mundo (2002); A Rua do Padre Inglês (2006); e Retábulo de Jerônimo Bosch (2009). Organizou a obra completa de Joaquim Cardozo, lançada em 2011, pela editora Nova Aguilar.



GILKA BURIL WEBER

Advogada militante na área trabalhista, é bacharela em direito pela Faculdade de Direito do Recife (1971), e em jornalismo, pela Universidade Católica de Pernambuco (1965). Foi chefe de gabinete da presidência da Fundação Joaquim Nabuco e diretora de promoção cultural daquela entidade, entre os anos 1980 e 1986. Foi chefe de gabinete da presidência da Fundarpe, no período de 1987 a 1988.



GUSTAVO AUGUSTO PIRES DE OLIVEIRA

Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife, mestre em direito público pela UFPE, foi nomeado, por concurso público, para o cargo de juiz do trabalho substituto da magistratura do Sexto Regional, em 10/12/1998. Participou como membro da comissão examinadora do concurso para juiz substituto nos anos 2009/2010. Atualmente é o juiz auxiliar da Corregedoria Regional.

FRANCISCO JOSÉ MADEIRO MONTEIRO

Dirige o Hospital Geral de Recife (HGeR), ligado ao Exército e fundado em 1817. O coronel médico ingressou no Exército há 27 anos, dos quais mais de vinte anos dedicados ao hospital. Nesse tempo, esteve à frente de diversos serviços, da divisão de medicina e da subdiretoria. A sua experiência incluiu ter participado da missão brasileira no Haiti, em 2005 e 2006.



SAULO BOSCO SOUZA DE MEDEIROS

Bacharel em direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Em 2004, foi nomeado, por concurso público, para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto da Magistratura da 6ª Região. É gestor regional da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista. Hoje, Atua como juiz na VT de Ribeirão.

INSTITUIÇÕES



HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE RECIFE

(representado pelo General de Brigada - médico Waldir da Silva Lucena)

O Hospital Militar de Área de Recife é uma instituição vinculada ao Exército Brasileiro, que presta relevantes serviços médicos, desde 1817, à comunidade militar do Estado, tendo como missão institucional o atendimento médico por excelência, apresentando enorme abrangência de especialidades de atendimento, todas com grande organização.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

(representado pelo superintendente Ernani Aguiar Gomes)

O Serviço Social da Indústria destaca-se em ações voltadas à promoção da qualidade de vida do trabalhador e de sua família, desenvolvendo relevantes programas focados na educação, saúde e lazer, bem como incentivando a responsabilidade social empresarial. Na atualidade, observa-se a sua importância pelo amplo suporte que tem dado ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

POST MORTEM

HUGO GUEIROS BERNARDES

(representado pelo filho, Hugo Gueiros Bernades Filho)

Jurista e advogado, bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Natural da cidade paulista de Catanduva, era integrante da família Gueiros, originária de Pernambuco. A partir de 1963 radicou-se em Brasília, onde se notabilizou como advogado junto aos tribunais superiores e foi professor de direito do trabalho e processo do trabalho na UnB. Foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Escritor, publicou vários livros e artigos de doutrina.



JESSÉ SANTOS

(representado pela filha, Jerusa Santos)

Artista plástico, dedicou-se à pintura por cinco décadas, tornando-se conhecido pelas telas de mulatas, florais, casario e motivos abstratos. Expôs em diversos locais, no país e fora dele, a exemplo da Espanha e da França, embora ultimamente preferisse vender os próprios quadros diretamente aos interessados, sem intermediação de galeria. Nas últimas décadas de vida, Jessé mantinha um ateliê na rua do Bom Jesus, bairro do Recife.



Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho 2012

Mérito Funcional

PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA

Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife, pós-graduado em direito do trabalho e direito processual do trabalho pela Unicap. Por 33 anos, foi consultor jurídico e advogado trabalhista de entidades públicas e privadas, até a posse como desembargador do TRT6, em 2001, na vaga destinada ao Quinto Constitucional da Advocacia. Professor titular de Legislação Social na UPE, desde 1975, é diretor da Escola Judicial do TRT6. Presidiu a 3ª Turma e atualmente preside a 4ª Turma do TRT-PE.



ÂNGELA FERREIRA DOS REIS

Auxiliar judiciário do TRT6, por concurso público em 1996, foi lotada no Serviço de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal. Trabalhou na 20ª VT do Recife e na SRH. É graduada em Pedagogia Plena pela Faculdade Integrada de Marília e Pós-Graduada em Metodologia de Ensino da Faculdade de Fátima no Mato Grosso do Sul. Atua no Núcleo de Saúde.



ANGÉLICA DOS SANTOS BATISTA

Auxiliar judiciário do TRT6, por concurso público em 1986. Foi encarregada de audiência nas 1ª, 2ª, 8ª e 20ª VTs do Recife, e encarregada dos cálculos trabalhistas na 8ª VT do Recife. Recebeu voto de elogio proposto pelo então presidente do TRT, desembargador José Guedes Corrêa Gondim Filho, em janeiro de 1990. Diplomou-se em engenharia de pesca pela UFRPE, em 1989, e em educação artística - artes cênicas, em 2001, na UFPE. Atualmente lotada na Seção de Recursos.



IVENES LINS CALDAS

Em 1977, bacharelou-se em direito pela UFPE. Em 1988 passa a exercer o cargo em comissão de assessor de juiz do Tribunal. Posteriormente, foi nomeada para exercer o cargo efetivo de analista judiciário. Exerceu a função de assessor de gabinete de desembargador federal do TRT. Atualmente é assessora no gabinete do desembargador federal do TRT André Genn de Assunção Barros.

JOANDINA VELOSO DE MELO

Nomeada por concurso público, em 1981, para o cargo de atendente judiciário, cargo posteriormente transformado em técnico judiciário. Diplomou-se em Odontologia pela UFPB, em 1985. Atuou na então 1ª JCJ da Paraíba e no Fórum Agamenon Magalhães. Foi executante da Secretaria Administrativa, secretária especial de gabinete e chefe do Setor Odontológico, onde é lotada.



JOSÉ FERNANDES DA SILVA

Contratado pelo regime CLT, foi lotado na Secretaria Administrativa, no Fórum Agamenon Magalhães. A partir de dezembro de 1990, o seu emprego foi extinto e transformado em cargo efetivo de auxiliar operacional de serviços diversos. Atuou na 1ª VT de Jaboatão, na 2ª VT do Recife, no Serviço de Cadastramento Processual, na SRH e na Distribuição dos Feitos das VTs do Recife, onde atualmente é lotado. Recebeu, da então presidente Ana Schuler, elogio pelos relevantes serviços prestados ao TRT.



LEOPOLDINA LUZIANE DOS SANTOS MENDES

Bacharelou-se em direito pela UFPE, em 2007, e possui curso de especialização em direito do trabalho pela Mackenzie. Aprovada em concurso público do TRF da 5ª Região, em 1989 foi nomeada por aproveitamento neste Tribunal, no cargo de Oficial de Justiça Avaliador. Trabalhou na VT de Palmares, na Distribuição dos Feitos das VTs de Paulista e no Serviço de Distribuição de Mandados Judiciais, onde está lotada. Recebeu elogios funcionais do juiz Bernardo Nunes da Costa, Supervisor do SDMj.



LUIZA MARIA SANTOS

É graduada em arquitetura (1996) e em direito (1986) pela Universidade Federal de Pernambuco. Aprovada em concurso público, foi nomeada no cargo de atendente judiciário, em 1980. Trabalhou na VT de Paulista, 3ª VT do Recife, VT de Garanhuns e VT de Jaboatão. Exerceu as funções de Diretora da 3ª VT do Recife e VT de Jaboatão dos Guararapes. Atualmente está lotada na 12ª VT do Recife.



MARIA DE FÁTIMA TERTULIANO CHALEGRE

Aprovada em concurso público, foi nomeada agente de portaria, em 1980. Atuou na VT de Jaboatão e no Serviço de Processos. Habilitada por concurso interno para o cargo de auxiliar judiciário, posteriormente transformado em técnico judiciário. Em 2009, concluiu pós-graduação em direito e processo do trabalho pela FIR. Foi substituta da Chefe do Setor de Precatórios e da Diretora da Secretaria de Distribuição dos Feitos do Recife. Atualmente trabalha na Seção de Protocolo Central.



MARIA CLEOMAR ALENCAR AZEVEDO

Bacharelou-se em direito pela UPE, em 1997, e possui curso de especialização em direito do trabalho e processual pela FADEPE. Aprovada em concurso público do TRF da 5ª Região, foi nomeada por aproveitamento neste Tribunal, no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, em 1989. Trabalhou na VT de Caruaru e no Serviço de Distribuição de Mandados Judiciais, onde está lotada. Recebeu elogios funcionais do juiz Bernardo Nunes da Costa, Supervisor do SDMj,

MARIA TEREZA GONDIM ROZOWYKIAT

Fez jornalismo na Unicap, e especialização em sociologia na UFPE. Admitida como Secretária de Imprensa em julho de 1983. Ingressou no cargo efetivo de auxiliar judiciário em abril de 1987. Em 1996, o cargo de auxiliar judiciário foi transformado em técnico judiciário. Foi diretora de Imprensa e Divulgação no TRT6 e Secretária Parlamentar no gabinete da Deputada Ana Arraes. Foi repórter, colunista e editora no Diário de Pernambuco. Atualmente é lotada no Núcleo de Comunicação Social desta Corte.



PAULO NICOLAU ELY

Nomeado para exercer o cargo efetivo de atendente judiciário, em 1980, com o advento da Lei nº 9.421/1996, foi transformado o cargo de atendente judiciário em técnico judiciário. Formado em direito, exerceu o cargo de diretor de secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Caruaru, e as funções de assistente do juiz da Vara do Trabalho de Caruaru e chefe do Setor de Atendimento daquela unidade. Aposentou-se em 27/02/2012.



Notáveis são condecorados ao longo de quase três décadas

A Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira já foi concedida a diversas personalidades notáveis de todo o país, a exemplo de políticos, juristas, antropólogos, músicos, artistas plásticos, escritores. Ao longo dessas quase três décadas de concessão da comenda, Ermes Pedro Pedrassani foi, do meio jurídico, um dos homenageados pelo TRT6, na condição de presidente do TST, além de Lineu Escorel Borges, subprocurador-Geral da República; Jefferson Luiz Pereira Coelho, subprocurador-Geral do Trabalho; do jurista Victor Russomano da Silva e Jaime Jamil Asfora, presidente da OAB-PE. Também ganharam medalha vários magistrados do trabalho, a exemplo de Alfredo Duarte Neto, Alice Monteiro de Barros e Almir Pazzianotto Pinto. O advogado Evandro Cavalcanti recebeu homenagem *post mortem*.

Dentre os representantes da esfera política, o ex-deputado Ulysses Guimarães, que recebeu a comenda *post mortem*, em 1999. Ainda do meio político foram agraciados os ex-governadores de Pernambuco Cid Sampaio, Roberto Magalhães, Miguel Arraes,

Joaquim Francisco e Jarbas Vasconcelos; os ex-senadores Mansueto de Lavor, Joel de Holanda, Marco Maciel e Sérgio Guerra. Outro ex-governador agraciado foi



“É auspicioso que o Tribunal da 6ª Região, no momento como este em que vivemos, lembre o conselheiro João Alfredo, a sua cultura, o seu destemor e a sua objetividade, inovando e revolucionando as relações de trabalho e propiciando o desenvolvimento do país, porque é na justiça que terminam todas as grandes dissidências que dificultam e criam problemas às relações de trabalho”.

Agamemnom Magalhães, homenageado *post mortem*, em 1990. Ainda entre os políticos, figuram no rol de agraciados o atual governador do Estado, Eduardo Campos, e o ex-prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva.

Do meio artístico e intelectual, já foram contemplados o historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo; o teatrólogo Waldemar de Oliveira; o compositor Capiba; o sociólogo Gilberto Freyre; o antropólogo

Roberto Motta; os escritores Ariano Suassuna, Alberto Cunha Melo, Luiz Cláudio Aguiar; os artistas plásticos Bajado, Francisco Brennand, Zé Cláudio. O artista popular Manoel Salustiano Soares, ou mestre Salu, recebeu comenda *post mortem*, em 2009. O professor e cientista Nelson Chaves também foi homenageado *post mortem*, em 1996. Recebeu, ainda, a medalha o arcebispo emérito da arquidiocese de Olinda e Recife,

D. Hélder Câmara; Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, advogado, fundador e primeiro reitor da Universidade de Pernambuco (atual UFPE) também foi homenageado, *post mortem*, em 1987.

Instituída por ocasião das comemorações ao centenário da Abolição da Escravatura do Brasil, a condecoração vem sendo concedida desde o ano da criação, 1987, quando 25 personalidades foram agraciadas, entre elas o magistrado José Ajuricaba da Costa e Silva, à época ministro do TST. O geógrafo e historiador Manoel Correia de Oliveira Andrade, quando homenageado em 2002, proferiu discurso, em nome dos agraciados, historiando e comentando a trajetória política e libertária do político e jurista pernambucano: “é auspicioso que o Tribunal da 6ª Região, no momento como este em que vivemos, lembre o conselheiro João Alfredo, a sua cultura, o seu destemor e a sua objetividade, inovando e revolucionando as relações de trabalho e propiciando o desenvolvimento do país, porque é na justiça que terminam todas as grandes dissidências que dificultam e criam problemas às relações de trabalho”.